

Economia Brasil

Para economistas, juros altos e déficit são hoje os maiores problemas do Real

Empresas enfrentam índices de inadimplência elevados e número de falências cresce

Patrícia Duarte

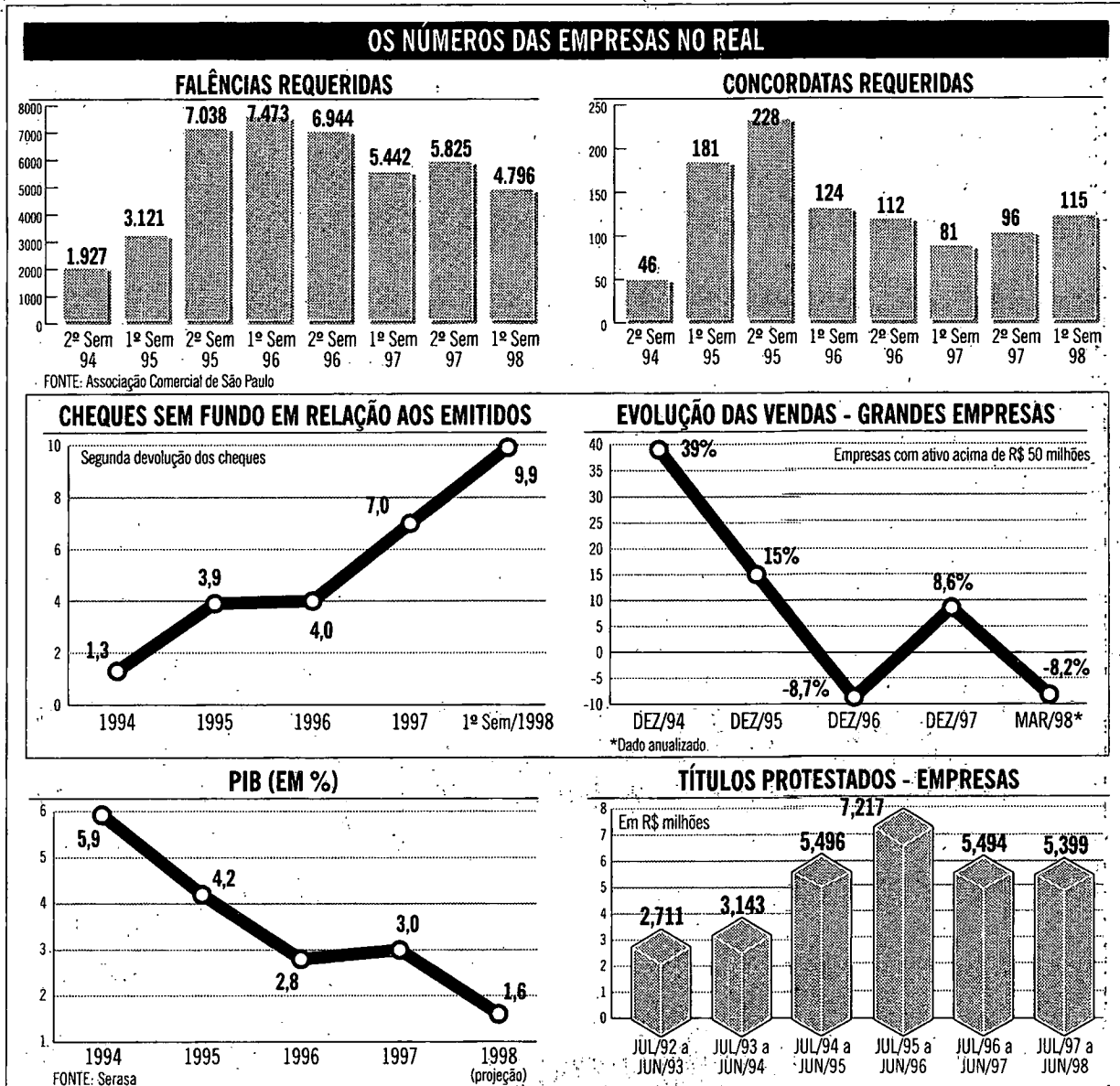
• SÃO PAULO e RIO. Não são poucos os desafios que o Plano Real e a economia brasileira têm que enfrentar daqui para a frente. Elevadas taxas de desemprego, déficit público, dependência do capital internacional, juros altos e pequeno crescimento da atividade econômica são os itens que mais preocupam economistas e empresários ouvidos pelo GLOBO. Por serem questões praticamente de cunho estrutural, eles acreditam que a solução para esses problemas só virá a longo prazo.

— O déficit fiscal espelha a incapacidade do Governo de colocar suas contas em ordem e, por isso, é a primeira condição para uma melhora da economia hoje — afirma o economista-chefe do Banco ING Barings, Mauro Schneider, lembrando que as discussões em torno da reforma fiscal estão sendo postergadas há anos e, por isso, ele não se mostra muito confiante em uma mudança de rumo no curto prazo.

Para o economista e professor da Unicamp Luiz Gonzaga Belluzzo o desemprego tenderá a perder um pouco a sua força no segundo semestre deste ano, basicamente por conta do reaquecimento sazonal da atividade econômica. Belluzzo diz que dificilmente a taxa de desemprego deste ano vão recuar aos patamares verificados 1997, pois o número de pessoas que passou a procurar emprego cresceu nos últimos meses.

— O Governo precisaria ter uma política mais agressiva para conter o déficit comercial, mesmo que desagrave a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o nosso principal parceiro, os Estados Unidos. O Governo teria que segurar a importação de alguns setores, para que voltem a atuar mais fortemente — sugere o economista.

Mesmo com espaço para pequenas reduções nas taxas de juros daqui para frente, representantes da indústria não se mostram otimistas. O diretor do Departamento de Comércio Exterior da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Maurice Costin, afirma que o estrago nas empresas já foi feito no fim do ano passado, quando as taxas de juros dobraram. Por isso, ele diz que, para haver uma recuperação, o Governo teria que reduzir



os juros ainda mais.

Com a autoridade de ser um dos pais do Real, o economista Edmar Bacha, hoje no Banco BBA, também considera urgente o combate ao déficit público. E afirma que quase todo o esforço deverá vir da contenção dos gastos, uma vez que as reformas tributária e previdenciária, e as mudanças na legislação trabalhista não terão efeito favorável na arrecadação no curto prazo.

— O déficit é um dos grandes problemas do Real. Em 94, havia um superávit primário de 5,1% do PIB, que foi integralmente comido nesses anos de plano. Este ano certamente terminaremos com um déficit superior ao do ano passado. É uma questão que precisa ser resolvida — disse Bacha, ex-presidente do BNDES.

O economista também identifica problemas no câmbio.

— Mas a questão externa está caminhando. Este ano, as exportações já cresceram 4,6%. Até

abril, o número era 7,8%, mas foi reduzido devido à crise na Ásia — disse o economista.

Bacha, que esteve no Rio participando do seminário "O futuro do Brasil no 4º ano do Real", fez questão de destacar os aspectos positivos do plano. Falou do fim da inflação e elogiou o programa de privatização. Destacou os efeitos na abertura no fluxo de comércio exterior do país, que na década cresceu de US\$ 50 bilhões para US\$ 120 bilhões por ano.

O presidente do Bradesco, Lázaro Bradão, que também participou do seminário promovido pela Associação Comercial, destacou o programa de saneamento do sistema financeiro. Lembrou que o Brasil gastou R\$ 21 bilhões, cerca de 2,5% do PIB, para sanear os bancos privados. Disse que na Argentina e na Venezuela, os custos chegaram a 13% do PIB e no Chile, a 19,6%. Mostrou-se preocupado com o déficit e defendeu a urgência das reformas.

A inadimplência no comércio paulista nos quatro anos do Plano Real, entre o segundo semestre de 1994 e primeiro semestre deste ano, cresceu 354,14%, batendo mais um recorde. O número de registros no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC) saltou de 518.633 para 2.355.312, conforme balanço divulgado ontem pela Associação Comercial de São Paulo (ACSP). Os números das falências e concordatas requeridas também aumentaram. Os pedidos de concordata cresceram 150% e o de falências 148,9% nesse quatro anos de real.

Para o economista e diretor da ACSP, Marcel Solimeo, a inadimplência e as falências e concordatas são resultado das medidas restritivas adotadas pelo Governo, como juros altos e restrição ao crédito.

— Essa política de pé no breque e pé no acelerador traz sérias consequências para o setor privado — afirmou o economista. ■